ÍNDICE

PREFÁCIO	9
AGRADECIMENTOS	13
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	17
I. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	21
I.1. Período romano	21
I.2. Períodos medieval, moderno e contemporâneo	26
I.3. A evolução no ordenamento jurídico português	30
I.4. Dualidade de finalidades do direito da insolvência: liquidação <i>versus</i> recuperação	33
I.5. Os processos de recuperação. Graduação de créditos e qualificação de credores	38
I.6. A intervenção da Administração Tributária nos processos de insolvência e recuperação	41
II. O REGIME SUBSTANTIVO DOS CRÉDITOS FISCAIS NO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO	45
II.1. A Indisponibilidade dos créditos tributários	45
II.2. A posição de privilégio da Administração Tributária e sua relação com o princípio da <i>par conditio creditorum</i>	49
II.3. A indisponibilidade dos créditos tributários na jurisprudência	57
II.4. As visões doutriniais-teleológicas sobre a indisponibilidade dos créditos tributários	67
a) Visão finalística ou tradicional	68
b) Visão integrada	73

III. A INDISPONIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA: MÁ EXECUÇÃO OU INCONSTITUCIONALIDADE?	79
III.1. Uma tutela constitucional dos direitos de crédito?	80
a) Da relação entre a indisponibilidade e os princípios da constituição económica	88
b) Da relação entre a indisponibilidade e a propriedade dos credores	91
c) Restrição inconstitucional ou limite imanente?	94
III.2. Tomada de posição	98
IV. A INDISPONIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (E A POSSIBILIDADE DA SUA REVOGAÇÃO) À LUZ DAS REGRAS EUROPEIAS DE AUXÍLIO DE ESTADO	113
IV.1. Introdução e caracterização dos auxílios de Estado	113
IV.2. Subsunção do regime da indisponibilidade dos créditos tributários ao regime dos auxílios de Estado	119
IV.3. Os auxílios <i>de minimis</i>	126
a) Breve introdução	126
b) Requisitos e aplicação ao caso concreto	127
CONCLUSÃO	131
BIBLIOGRAFIA FINAL	137
JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA	143